

Visão Baseada em Recursos: uma Análise dos Delineamentos Metodológicos e da Maturidade dessa Abordagem na Área de Estratégia do EnANPAD 1997-2007

Autoria: Silvana Anita Walter, Paulo de Paula Baptista, Paulo Otávio Mussi Augusto

RESUMO: O rigor metodológico é um importante atributo para todo estudo científico. Com a intenção de contribuir para o aprimoramento da qualidade metodológica e para avaliar a efetividade dos trabalhos publicados sobre visão baseada em recursos (VBR) na área de estratégia, o estudo aqui apresentado objetivou analisar os delineamentos metodológicos e a adequação destes às exigências metodológicas dos artigos que investigaram a abordagem VBR, publicados na área de estratégia do EnANPAD de 1997 a 2007. Este estudo, caracterizado como bibliométrico, com perspectiva temporal longitudinal, revisou 55 artigos, sendo 8 teóricos e 47 teórico-empíricos. A análise dos estudos teórico-empíricos revelou que: predominam os estudos de caso (56,4% dos estudos); em relação à apresentação de informações, 31,3% dos levantamentos e 35,5% dos estudos de caso não descrevem ou o fazem de forma pouco clara o método empregado; 9,7% dos estudos de caso não apresentam o método de coleta de dados e 48,4%, o método de análise dos dados. Sobre os estudos teóricos, a análise revelou que 3 deles apresentam proposições teóricas, demonstrando uma evolução da abordagem no contexto brasileiro. Diante dos resultados encontrados, observa-se que a abordagem de VBR encontra-se com relativa maturidade.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das ciências sociais tem sido marcado pela diversidade de opiniões e pela aplicação de múltiplas metodologias. Isso porque existem diferentes concepções de ciência que originam diferentes concepções metodológicas (BURRELL; MORGAN, 2000). Dessa forma, a ciência se desenvolveu por meio da reconstrução de conceitos, de mudanças entre uma metodologia e outra, da emergência de novos conceitos e metodologias, assim como da união de diferentes pontos de vista para formar uma nova concepção.

No caso da administração, a riqueza de alternativas pode estar relacionada a duas características dessa área: a classificação como ciência em desenvolvimento, conforme Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) e Thompson (1956), que não restringe as perspectivas de utilização de métodos; e a interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade que, de acordo com Raymundo (1992), surge a partir da teoria geral dos sistemas de Ludwig Von Bertalanffy (1956). Desde então, a administração interage com o ambiente e se utiliza do conhecimento de outras áreas, como a psicologia, a sociologia, a economia, a ciência política e a antropologia (SANTOS, 2003), sendo que esse processo acaba por ocasionar um pluralismo metodológico na área.

Apesar dessas divergências, no Brasil, a produção acadêmica em administração está em crescimento. No entanto, o crescimento quantitativo dessas pesquisas, na visão de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), não é proporcional ao crescimento qualitativo das mesmas.

Uma das áreas que está acompanhando esse aumento no número de estudos em administração é a de estratégia. Em relação a essa área, a partir dos anos de 1990, começou a se consolidar uma nova abordagem que propunha a análise da organização em âmbito interno, defendendo que a principal fonte de vantagem competitiva das organizações são suas características internas (TONDOLO; BITENCOURT, 2005). Em pouco tempo, essa nova abordagem, denominada visão baseada em recursos (VBR), se tornou o paradigma predominante dos estudos na área de estratégia em organizações (BINDER, 2007).

Diante do crescimento no número de estudos desenvolvidos em administração e estratégia e da emergência da VBR como um novo paradigma nessa área, acentua-se a preocupação no que se refere ao rigor científico empregado nesses estudos. Isso ocorre porque uma área só alcança certo de grau de maturidade acadêmica quando da utilização de

procedimentos metodológicos adequados, independentemente do posicionamento epistemológico. Nesse contexto, é perceptível a necessidade de investigar os critérios metodológicos utilizados nos estudos sobre a abordagem VBR em estratégia. Essa investigação pode auxiliar a avaliação dos estudos desenvolvidos, bem como ampliar a consciência dos pesquisadores no que tange à importância do rigor metodológico para a qualidade e efetividade das pesquisas.

Dado o contexto, com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade metodológica dos trabalhos sobre VBR na área de estratégia, realizou-se o presente estudo, com o objetivo de analisar os delineamentos metodológicos e o grau de adequação às exigências metodológicas dos artigos que investigaram a abordagem VBR, publicados na área de estratégia do EnANPAD no período de 1997 a 2007. A opção por realizar a pesquisa nos artigos publicados nos anais do EnANPAD deve-se ao fato de este encontro, segundo Bignetti e Paiva (2001), reunir anualmente muitos dos principais pesquisadores da área de administração, sobretudo os vinculados a programas de pós-graduação, e representar, de acordo com Vergara e Pinto (2000), um espaço que oportuniza a autores de diferentes instituições a divulgação de suas pesquisas. Por estas razões, o EnANPAD se constitui como importante fonte de estudos nacionais e internacionais na área de estratégia e como campo amplo para análise de artigos sobre VBR, além de possibilitar a reflexão do grau de maturidade da abordagem pesquisada.

Para a realização deste estudo, partiu-se da seguinte questão de pesquisa: **Quais os delineamentos metodológicos e o grau de adequação às exigências metodológicas dos artigos que utilizam a VBR como paradigma explicativo, na área de estratégia?**

Este estudo, cuja unidade de análise eleita foi o delineamento metodológico dos estudos de VBR publicados nos anais do EnANPAD entre 1997 e 2007, está estruturado da seguinte forma: na seção 2, apresenta-se uma síntese das principais idéias relacionadas à perspectiva de VBR, do surgimento e da evolução da abordagem; na seção 3, descrevem-se a amostra pesquisada e a metodologia utilizada na classificação; na seção 4, se faz a apresentação dos resultados obtidos, dividindo-os, conforme a classificação dos estudos revisados, em: levantamentos e estudos de caso; e, na seção 5, apresentam-se as considerações finais, as limitações da presente pesquisa e as sugestões para futuras pesquisas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, apresenta-se, com o propósito de situar a abordagem à qual os estudos revisados se remetem, uma síntese de idéias importantes relacionadas à perspectiva de VBR, ao surgimento e à evolução da abordagem.

A abordagem da VBR surgiu com o objetivo de explicar por que as organizações apresentam desempenhos diferentes em um mesmo setor industrial local durante o mesmo período (HOOPES; MADSEN; WALKER, 2003).

Penrose (1959) foi a precursora de que as organizações se distinguem em virtude de seus recursos (FOSS, 1997), e Wernerfelt (1984) foi o primeiro a desenvolver as idéias propostas por Penrose no campo de estratégia e a denominá-las de *resource-based view* (RBV), com tradução para o português como VBR (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000). Wernerfelt (1984) também propôs a substituição do foco no ambiente externo pela perspectiva estratégica relacionada aos recursos internos das organizações.

Segundo a perspectiva da VBR, o uso que a organização faz de seus recursos é o principal determinante da sua vantagem competitiva e do seu desempenho superior (WERNERFELT, 1984; BARNEY, 1991; GRANT, 1991). Os recursos, para Wernerfelt (1984), são ativos tangíveis e intangíveis e se encontram de forma semipermanente nas organizações. Posteriormente, Chatterjee e Wernerfelt (1991) indicaram os recursos financeiros para acrescentar aos já mencionados.

Contudo, de acordo com Barney (1991), nem todos os recursos são relevantes estrategicamente, pois nem todos podem auxiliar as organizações a conquistarem posição de vantagem competitiva. Para serem considerados de importância estratégica, precisam atender a condições especiais, cujos conceitos, apesar das variações de terminologia entre diferentes autores de VBR (WERNERFELDT, 1984; DIERICKX; COOL, 1989; BARNEY, 1991; PETERAF, 1993), apresentam grande sobreposição. Peteraf (1993) procurou sintetizá-los e apresentar um modelo com quatro condicionantes da vantagem competitiva: heterogeneidade, mobilidade imperfeita, limites à competição *ex-ante* e limites à competição *ex-post*.

Quanto ao desenvolvimento da perspectiva da VBR, segundo Wernerfelt (1995), esta somente se disseminou a partir de 1990, cabendo a Prahalad e Hamel (1990) os méritos pela divulgação das concepções propostas por Wernerfelt (1995) no campo da estratégia. No Brasil, a VBR somente começou a ser estudada e a receber publicações em sua perspectiva a partir da segunda metade dos anos de 1990 (ARAGÃO; OLIVEIRA, 2007).

3 MÉTODO DO ESTUDO

Neste estudo, realizou-se uma pesquisa bibliométrica, com perspectiva temporal longitudinal, com base nos artigos sobre VBR publicados nos anais do EnANPAD no período de 1997 a 2007. O estudo bibliométrico, de acordo com Macias-Chapula (1998), aplica métodos quantitativos à produção, à divulgação e à utilização de informações registradas. Os estudos longitudinais, por sua vez, para Babbie (2007), permitem observações do mesmo fenômeno de forma prolongada em mais de um período.

Quanto à escolha pelo período de abrangência desta pesquisa – os anais das edições de 1997 a 2007 do referido evento –, esta se deve ao fato de os anais do EnANPAD terem sido disponibilizados em CD-ROMs a partir de 1997. A obtenção dos artigos revisados se deu por buscas eletrônicas nos CD-ROMs de cada edição do evento no período de tempo e na área temática estipulados por meio das seguintes palavras-chave: VBR, RBV, *resource-based-view*, *resource-based-review*, *resource based view*, *resource based review*, *resource-based*, teoria dos recursos, visão baseada em recursos e visão da firma baseada em recursos.

Inicialmente, localizaram-se 142 artigos, os quais passaram, por meio de leitura, por um processo de revisão dos conteúdos para verificar se efetivamente utilizavam VBR. Desses artigos, retiraram-se 87 da amostra, por apenas citarem VBR e não utilizá-la efetivamente para realização das análises. Assim, após esse procedimento, obtiveram-se 55 artigos para análise, subdivididos em 8 teóricos e 47 teórico-empíricos.

Os estudos teóricos foram classificados em estudos conceituais, estudos ilustrativos e estudos com conceitos aplicados (ALAVI; CARLSON, 1992). De acordo com esses autores, os estudos conceituais se caracterizam pela explicação, apresentação e justificativa de teorias e modelos. Os estudos ilustrativos apresentam recomendações para ação e focam “o que” em lugar do “como” e do “porquê”. Já os estudos com conceitos aplicados são os que combinam tanto características dos estudos conceituais quanto dos estudos ilustrativos (ALAVI; CARLSON, 1992). Verificou-se, também, se esses estudos apresentavam proposições teóricas para expansão do modelo conceitual da VBR para o contexto brasileiro.

Durante a classificação dos artigos teórico-empíricos, duas estratégias de investigação foram encontradas: levantamento ou *survey* e estudos de caso. Para Yin (2001), os estudos de caso consistem em uma investigação empírica de um fenômeno em seu contexto, sobretudo quando os limites entre contexto e fenômeno não estão bem definidos. Para Martins (2006), os estudos de caso pesquisam uma unidade social de forma profunda e intensa, sendo os fenômenos estudados em seu contexto real, onde o pesquisador não possui controle sobre variáveis e eventos e busca capturar a totalidade de uma situação, descrevendo, compreendendo e interpretando a complexidade do caso. Já os levantamentos ou *surveys*, para Babbie (1999), envolvem a coleta e a quantificação dos dados, os quais se tornam fonte

permanente de informações. Conforme Hair Jr. et al. (2005), uma pesquisa de levantamento ou *survey* realiza a coleta de dados primários a partir de uma grande amostra de indivíduos.

Realizaram-se as análises dos estudos de caso e dos levantamentos da amostra de acordo com a proposta adaptada de Hoppen, Lapointe e Moreau (1996). Destaca-se que não se encontraram, na amostra pesquisada, estudos que se enquadrassem como experimentais, pesquisa-ação, etnografia ou outros.

Tanto nos levantamentos quanto nos estudos de caso, observaram-se os seguintes aspectos: a descrição dos objetivos; a apresentação da questão de pesquisa ou de hipóteses; o paradigma de referência de teoria social; a clareza da descrição do método da pesquisa; o método de coleta de dados; a perspectiva temporal; o método de análise dos dados; a validade e a confiabilidade dos instrumentos de mensuração da pesquisa. Além disso, nos levantamentos, observou-se o tipo de amostra e, nos estudos de caso, o tipo de estudo de caso.

Para se investigar o **paradigma de referência de teoria social** predominante, se empregou a classificação de Burrell e Morgan (2000), que apresenta quatro paradigmas: humanista radical, estruturalista radical, interpretativo e funcionalista. O paradigma humanista radical preocupa-se em desenvolver uma sociologia de mudança radical sob um ponto de vista subjetivista. Os autores que escreveram sobre organizações, na perspectiva desse paradigma, propuseram uma teoria antiorganização (BURRELL; MORGAN, 2000).

O estruturalismo radical propõe uma mudança radical, emancipação e potencialização em uma análise que enfatiza, no objetivismo, conflito estrutural, modos de dominação, contradição e privação. Esse paradigma concentra-se nas relações estruturais sob uma visão realista do mundo social e procura prover explicações das inter-relações básicas no contexto das formações sociais totais (BURRELL; MORGAN, 2000).

O paradigma interpretativo preocupa-se em entender o mundo como ele é, bem como entender a natureza fundamental do mundo social no âmbito da experiência subjetiva; busca as explicações na consciência individual (BURRELL; MORGAN, 2000). Os interpretativistas argumentam que os atos sociais somente serão compreendidos por meio da interpretação e que a interpretação de atos, linguagem e objetos é o único meio para estudar o mundo humano e social (HATCH; YANOW, 2005). O interpretativismo “se preocupa em entender o mundo de vida do ator na(s) situação(ões) sendo estudadas” (HATCH; YANOW, 2005, p. 70).

O paradigma funcionalista é a base dominante na conduta da sociologia acadêmica e nos estudos sobre organizações. Em sua abordagem global, busca prover explicações essencialmente racionais de fenômenos sociais, preocupa-se em entender a sociedade gerando conhecimento utilizável e em prover soluções práticas para problemas práticos. Reflete a tentativa de aplicar os modelos e métodos das ciências naturais ao estudo dos fenômenos humanos (HATCH; YANOW, 2005).

A classificação dos estudos quanto à **clareza da descrição do método da pesquisa** se deu por meio da análise da apresentação, quando necessária, de aspectos como: classificação do tipo de pesquisa; população e amostra; método, período e local de coleta de dados; e método, instrumento e software de análise de dados. Os estudos que descreviam todos os critérios analisados ou não apresentavam apenas um deles foram classificados como muito claros; os que não apresentavam de dois a quatro aspectos, como razoavelmente claros; os que não apresentavam mais de quatro elementos, como pouco claros; e os que não apresentavam uma seção destinada à descrição do método empregado, como não-descrito.

Em referência à classificação do **método de coleta dos dados**, essa foi realizada pela identificação dos métodos e dos instrumentos empregados na coleta dos dados. Verificou-se, também, se os estudos detalhavam ou não os instrumentos de coletas de dados utilizados, ou seja, as perguntas dos questionários e dos roteiros de entrevistas, as variáveis utilizadas das bases de dados e o tipo de documento analisado.

Para a classificação dos estudos quanto à **perspectiva temporal**, empregou-se a divisão em: estudos transversais e estudos longitudinais. Os estudos transversais, segundo Babbie (2007), são aqueles que envolvem a observação de um fenômeno em um único ponto no tempo. Em contraposição, os estudos longitudinais permitem observações do mesmo fenômeno de forma prolongada em mais de um período (BABBIE, 2007).

A classificação do **método de análise dos dados** ocorreu por meio da observação dos métodos e das técnicas empregadas nos estudos para realizar a análise dos dados coletados.

Para observação do atendimento aos **critérios de validade dos instrumentos de mensuração** dos artigos classificados como levantamentos, empregaram-se três tipos de validade: validade de conteúdo, validade de construto e validade de critério. Segundo Hair Jr. et al. (2005) e Malhotra (2001), a validade de conteúdo, chamada por Selltiz, Wrightsman e Cook (1987) de validade aparente, consiste em a escala medir o que pretende medir e pode ser observada por meio da consulta a especialistas.

A validade de construto avalia o que o construto ou o conceito está medindo e é verificada por meio da validade convergente e da validade discriminante. A primeira consiste na alta correlação entre o construto que se está medindo e um outro que se acredita medir o mesmo conceito, e a segunda consiste na baixa correlação entre o construto que se está medindo e um outro que se acredita medir um conceito diferente (HAIR JR. et al., 2005; MALHOTRA, 2001; SELLTIZ, WRIGHTSMAN; COOK, 1987).

Se um construto apresentar o desempenho esperado pela literatura em relação a outras variáveis, pode-se dizer que possui validade de critério, a qual pode ser verificada pela validade concomitante ou concorrente e/ou pela validade preditiva. A validade concomitante ou concorrente é determinada pela relação entre o construto que está sendo avaliado e um construto dependente observado na literatura. Já a validade preditiva indica que um construto prevê valores futuros de uma variável por meio dos escores provenientes do construto que está sendo avaliado (HAIR JR. et al., 2005; MALHOTRA, 2001; SELLTIZ, WRIGHTSMAN; COOK, 1987).

Nos estudos de caso, não é possível aplicar os mesmos critérios de validade dos levantamentos. Portanto, optou-se pelos critérios de validade aparente, validade de conteúdo, validade de construto e validade externa para estudos de caso. Para possuir validade aparente, os resultados encontrados no estudo de caso devem atender ao que foi proposto no estudo (MARTINS, 2006).

A validade de conteúdo é verificada em relação ao planejamento do estudo de caso e refere-se ao domínio do conteúdo que se pretende investigar (MARTINS, 2006). Visto que a maioria dos estudos de caso revisados não apresenta informações a respeito da realização do planejamento do estudo e que os demais não apresentam detalhadamente o planejamento, não foi possível analisar esta validade.

A validade de construto, para Martins (2006) e Yin (2001), consiste em estabelecer medidas operacionais adequadas para os construtos que estão sendo mensurados.

A validade externa, para Martins (2006) e Yin (2001), consiste na possibilidade de os resultados de um estudo serem generalizados. Para Stake (1995), a validade externa ou generalização no estudo de caso é analítica, ou seja, relacionada à teoria. A esse respeito, Yin (2001) cita que muitos estudos de caso são conduzidos de forma que seus resultados possam, de alguma maneira, extrapolar o caso em si e serem aplicáveis a outras situações.

No que tange à **confiabilidade dos instrumentos de mensuração** dos estudos categorizados como levantamentos, utilizaram-se três tipos de confiabilidade: teste-reteste, de formas alternativas e de consistência ou coerência interna. A confiabilidade teste-reteste consiste na aplicação do mesmo instrumento de mensuração duas vezes para os mesmos respondentes, com o objetivo de comparar as respostas (HAIR JR. et al., 2005; MALHOTRA, 2001; SELLTIZ, WRIGHTSMAN; COOK, 1987). Para avaliar a confiabilidade de formas

alternativas, desenvolvem-se duas formas diferentes para medir o mesmo construto como forma de comparação (HAIR JR. et al., 2005; MALHOTRA, 2001). Já a confiabilidade de consistência ou coerência interna caracteriza-se pela consistência entre as respostas a diferentes perguntas que medem o mesmo construto. Essa confiabilidade pode ser verificada por meio de *split-half* e pelo coeficiente alfa de Cronbach. A confiabilidade *split-half* é verificada por meio da divisão dos itens da escala pela metade e da verificação da correlação entre elas, que deve ser alta para constatar-se a confiabilidade (HAIR JR. et al., 2005; MALHOTRA, 2001; SELTZ, WRIGHTSMAN; COOK, 1987). O alfa de Cronbach é calculado pela média dos coeficientes de todas as combinações possíveis das metades divididas (HAIR JR. et al., 2005, p. 200; MALHOTRA, 2001); costumeiramente, admite-se um alfa mínimo de 0,7. O alfa de Cronbach também é considerado aceitável a partir de 0,60, de acordo com as recomendações de Nunnally (1967) para estudos exploratórios.

A confiabilidade dos estudos de caso, para Martins (2006) e Yin (2001), consiste na possibilidade de as operações de um estudo serem repetidas e gerarem resultados semelhantes.

Para **classificação das amostras** utilizadas nos levantamentos, empregou-se a divisão em amostragens probabilísticas (aleatória simples, sistemática, estratificada, conglomerado e conglomerado de vários estágios) e não-probabilísticas (conveniência, julgamento, bola-de-neve/referência e quota).

Em relação às amostragens probabilísticas, a amostragem aleatória simples se caracteriza por selecionar a amostra em um processo aleatório e não-tendencioso, como um sorteio. A amostragem sistemática consiste em selecionar um ponto de início em uma lista e, posteriormente, os números correspondentes a determinado número ordinal. A subdivisão da população em grupos em virtude de alguma característica para seleção de uma amostra dentro dos estratos é chamada de amostragem estratificada. Na amostragem por conglomerado, toma-se a população como dividida em grupos (conglomerados), sendo que alguns desses conglomerados são selecionados para pertencer à amostra. Já na amostragem por conglomerado de vários estágios, a seleção da amostra se dá por vários estágios de seleção de conglomerados (HAIR JR. et al., 2005; MALHOTRA, 2001).

A respeito das amostragens não-probabilísticas, a amostragem por conveniência dá-se pela seleção de elementos mais acessíveis para compor a amostra. Na amostragem por julgamento, o pesquisador seleciona intencionalmente os elementos da amostra para atingir um fim específico. A divisão da população em grupos (quotas) e seleção dos elementos dos grupos de forma conveniente caracteriza a amostragem por quota. A amostragem bola-de-neve ou por referência consiste na utilização de respondentes iniciais para identificação de outros respondentes (HAIR JR. et al., 2005).

A **classificação dos estudos de caso conforme o tipo de estudo** se valeu dos apontamentos de Yin (2001), que apresenta a distinção de estudo de caso único, quando aplicado a um único caso, e estudo de caso múltiplo, quando aplicado a mais casos, contudo sem a realização de comparações entre os casos estudados. Yin (2001) aponta, ainda, a definição de estudo de caso comparativo, quando os resultados obtidos com os estudos de casos múltiplos são utilizados para comparação entre os casos estudados.

A análise sobre o **grau de maturidade da abordagem** pesquisada foi realizada por meio das análises dos métodos utilizados e da evolução teórica da abordagem na área de estratégia, por meio de proposições teóricas e sua expansão para o contexto brasileiro.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados obtidos no estudo e se faz a análise destes. O Quadro 1 mostra o número de artigos com a subdivisão em teóricos e teórico-empíricos.

Teóricos		Teórico-empíricos						Total
		Levantamentos		Estudos de caso		Total		
8	14,5%	16	29,1%	31	56,4%	47	85,5%	55

Quadro 1 - Classificação dos artigos em teóricos e teórico-empíricos

De acordo com o descrito no Quadro 1, a maioria dos estudos, em número de 47, consistem em estudos teórico-empíricos. Os estudos teóricos se apresentam em menor número, 8, correspondendo a 14,6%. Destes, três são conceituais; três, conceituais aplicados; e dois, ilustrativos. Em relação à existência de proposições teóricas, observa-se que três estudos apresentam novas proposições teóricas para expansão do modelo conceitual da VBR, sendo um deles de 2003 e dois de 2007.

Em relação aos estudos teórico-empíricos, 31, ou seja, 56,4% são estudos de caso e 16 (29%) são levantamentos. Outros *designs* de pesquisa para estudos teórico-empíricos, como experimentos, pesquisa-ação, etnografia ou outros não foram identificados na amostra. O número maior de estudos de caso pode estar relacionado ao fato de a VBR estudar recursos internos das organizações, o que vai ao encontro das características da metodologia de estudo de caso, bem como da dificuldade de realização de experimentos com esse objetivo.

Expõe-se, no Quadro 2, o número de estudos teórico-empíricos que apresentam objetivos e questões de pesquisa e/ou hipóteses.

Delimitação do tema e problema	Levantamentos				Estudos de caso			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
Objetivos	15	93,6%	1	6,3%	23	74,2%	8	25,8%
Questão de pesquisa e/ou hipóteses	7	43,8%	9	56,3%	15	48,4%	16	51,6%

Quadro 2 – Objetivos e questões de pesquisa e/ou hipóteses

Verifica-se, no Quadro 2, que um número considerável de estudos teórico-empíricos apresenta a descrição dos objetivos: 93,6% dos levantamentos e 74,2% dos estudos de caso. Aproximadamente a metade dos levantamentos e estudos de caso apresenta questões de pesquisa e/ou hipóteses, com um percentual similar.

Quanto ao **paradigma de referência de teoria social**, é perceptível a predominância do paradigma funcionalista, pois todos os levantamentos e 74,2% dos estudos de caso revelaram essa posição, restringindo-se a 25,8% dos estudos de caso a posição interpretativista. Essa predominância está em conformidade com Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990), que salientam que 80,3% dos trabalhos em administração no Brasil concentram-se no paradigma funcionalista.

O nível de clareza na descrição do método dos estudos teórico-empíricos é apresentado no Quadro 3.

Descrição do método	Levantamentos		Estudos de caso	
	Artigos	%	Artigos	%
Muito claro	6	37,5%	5	16,1%
Razoavelmente claro	5	31,3%	15	48,4%
Pouco claro	5	31,3%	5	16,1%
Não-descrito	0	0%	6	19,4%

Quadro 3 - Descrição do método

Percebe-se, no Quadro 3, que 68,8% dos levantamentos e 64,5% dos estudos de caso apresentam o método descrito de forma clara ou razoavelmente clara. Em contraposição, 31,3% dos levantamentos e 35,5% dos estudos de caso apresentam o método de forma pouco clara ou, até mesmo, não o descrevem.

No Quadro 4, apresentam-se os métodos utilizados para a coleta de dados nos estudos teórico-empíricos.

Método de coleta de dados	Levantamentos		Estudos de caso	
Forma de coleta de dados primários	Artigos	%	Artigos	%
Entrevistas	5	31,3%	23	74,2%
Questionários	9	56,3%	2	6,5%
Observação	0	0%	8	25,8%
Forma de coleta de dados secundários	Artigos	%	Artigos	%
Documentos	2	12,5%	18	58%
Comunicação de massa	0	0%	8	25,8%
Base de dados	7	43,8%	0	0%
Bibliográficos	0	0%	5	16,1%
Forma de coleta de dados	Artigos	%	Artigos	%
Artigos que não a descrevem	0	0%	3	9,7%

Quadro 4 – Método de coleta de dados

Sobre os **instrumentos de coleta de dados**, o Quadro 4 expõe que nove levantamentos utilizam questionários (56,3%) e sete, base de dados (43,8%). Em se tratando dos estudos de caso, vinte e três empregam entrevistas (74,2%) e dezoito, documentos (58%). Esse resultado indica coerência entre o tipo de estudo realizado e os métodos de coleta de dados empregados, visto que, para estudar casos, é adequado utilizar entrevistas e documentos, pois permitem estudar e explicar o fenômeno de forma mais ampla e profunda. Já no caso de estudos que visam à ampla coleta de dados e sua quantificação, como os levantamentos, apresenta-se coerente o uso de questionários e bases de dados, que possibilitam a coleta com menores custos e com uma amostra mais ampla.

Observa-se que os levantamentos e estudos de caso que indicam utilizar **questionários** o fazem com perguntas fechadas ou, conforme denominadas por Malhotra (2001), estruturadas, com exceção de dois levantamentos que utilizaram perguntas abertas combinadas com perguntas fechadas. Constata-se, igualmente, que um dos levantamentos e um dos estudos de caso não especificam o tipo de questões utilizadas no questionário. Entre os levantamentos que especificam o tipo de questão, ocorreu a utilização de perguntas escalonadas, conforme classificação de Malhotra (2001), principalmente com o emprego da escala Likert. Já no estudo de caso que especifica o tipo de questão, esta consiste em alternativas de múltipla escolha. Também se fez a constatação de que nenhum dos estudos revisados, tanto levantamentos quanto estudos de caso, que utilizam como instrumento de coleta de dados um questionário, cita a realização de pré-teste.

As entrevistas aparecem como o terceiro instrumento mais utilizado nos levantamentos: cinco estudos (31,3%). Observa-se que uma dessas foi realizada em profundidade, três com roteiros semi-estruturados e uma sem definição do roteiro. A outra entrevista não foi classificada, tendo sido apresentada como “com especialista”. As entrevistas empregadas nos estudos de caso foram: quinze semi-estruturadas, quatro estruturadas, três não-estruturadas e sete em profundidade. Dois estudos não descrevem o tipo de entrevista.

A utilização de dados oriundos de **documentos** nos estudos revisados é associada a outros instrumentos de dados, principalmente primários, como entrevistas e questionários. Observa-se que um dos levantamentos (6,3%) aponta utilizar instrumentos de dados secundários em complemento ao instrumento de dados primários, não descrevendo, contudo, o tipo de dados secundários coletados. Dados bibliográficos foram indicados como instrumento de dados de cinco estudos de caso (16,1%). Tem-se, também, em oito estudos de caso, a utilização de jornais e revistas (25,8%), que, de acordo com Gil (1999) e Sellitz et al. (1974), podem ser chamados de “comunicação de massa”.

Observações são empregadas em oito estudos de caso (25,8%). Um dos estudos revisados emprega a observação participante e sete utilizam a participação simples, conforme a classificação de Gil (1999). Contudo, nesses estudos são empregadas terminologias como “observação direta” e “observação não-participante”.

A análise da **diversidade de instrumentos de dados** utilizadas nos estudos permitiu verificar que 21 estudos de caso (67,7%) e seis levantamentos (37,5%) empregam mais de um instrumento de coleta de dados, sendo que nove estudos de caso e quatro levantamentos utilizam dois instrumentos; sete estudos de caso e dois levantamentos usam três; e cinco estudos de caso utilizam quatro. Esse dado é importante para averiguar a validade e a confiabilidade dos estudos por meio da utilização da triangulação de dados especialmente indicada para estudos de caso (YIN, 2001).

A análise do **detalhamento dos instrumentos de coleta de dados** dos levantamentos apontou que seis (66,7%) dos nove questionários apresentam-se bem detalhados; dois (22,2%), parcialmente detalhados; e um (11,1%) não está descrito no estudo. Todos os estudos que utilizam dados de bases de dados apresentam detalhadamente as variáveis utilizadas. No caso dos roteiros de entrevistas, apenas um (20%) apresenta-se bem detalhado, sendo que dois roteiros (40%) apresentam-se parcialmente detalhados; e dois (40%) não são descritos. Como um dos estudos que não apresenta o roteiro de entrevista descrito não apresentou o tipo de entrevista realizada, é possível que esta tenha sido não-estruturada, o que acarretaria a não-utilização de um roteiro de perguntas. Quanto ao uso de documentos como instrumentos de dados, os dois estudos que o fazem apresentam a descrição desses.

No caso da descrição dos instrumentos de coleta de dados empregados nos estudos de caso, nove estudos (50%) não descrevem os documentos; um (5,6%) descreve parcialmente; e oito (44,4%) descrevem detalhadamente. Doze (52,2%) não descrevem o roteiro de entrevista; seis (26,1%) o fazem parcialmente; e cinco (21,7%) o descrevem detalhadamente. Dois estudos (25%) não descrevem os meios de comunicação de massa; dois (25%) os descrevem parcialmente; e quatro (50%) os descrevem detalhadamente. Os dois estudos que utilizam questionários os descrevem parcialmente. Um estudo (20%) descreve parcialmente as referências bibliográficas e quatro (80%) as descrevem detalhadamente.

A respeito da **perspectiva temporal**, a maioria dos estudos utiliza corte transversal de coleta de dados, sendo nove levantamentos (56,3%) e 30 estudos de caso (96,8%). Destaca-se que um levantamento e seis estudos de caso apresentam corte transversal, porém com uma perspectiva longitudinal, ou seja, coleta os dados por meio de perguntas sobre períodos anteriores. Esses estudos não podem ser considerados longitudinais, pois apresentam apenas uma perspectiva longitudinal, visto que não coletam dados em diferentes cortes de tempo e os dados obtidos sobre períodos anteriores estão enviesados pela visão atual.

Observa-se uma proximidade no que se refere ao número de levantamentos transversais e longitudinais, resultado que está relacionado ao fato de que a utilização de bases de dados facilita os estudos longitudinais, por já apresentarem os dados coletados em cortes temporais distintos. Esse resultado não é encontrado nos estudos de caso, visto que a maioria se apresentou transversal. Outro fator importante quanto à perspectiva temporal está no fato de que os estudos revisados costumemente não descrevem o corte utilizado.

Os **tipos de amostragem** empregados nos levantamentos se concentram em três dos tipos descritos por Hair Jr. et al. (2005): não-probabilística por conveniência, não-probabilística por julgamento e probabilística estratificada. A amostragem por conveniência foi utilizada em oito levantamentos (50%) e a amostragem por julgamento em sete (43,8%), sendo que apenas um estudo (6,3%) utilizou uma amostragem não-probabilística, sendo ela estratificada. Constata-se, também, que a maior parte dos artigos revisados – 10 (62,5%) – não apresenta o tipo de amostra utilizada.

Em relação ao **tipo de estudo de caso**, a maioria classifica-se como estudo de caso único, somando 22 estudos (71%); sete (22,6%) foram considerados comparativos; e dois (6,5%), múltiplos. A comparação com a classificação atribuída pelos autores aos estudos realizados revela que dois estudos não classificam o tipo de pesquisa; outros dois não estão classificados como estudos de caso; um estudo de caso múltiplo está classificado apenas como

estudo de caso; e três estudos classificados como comparativos estão indicados pelos autores como múltiplos. Essa última divergência entre estudos de caso múltiplos e estudos de caso comparativos pode ser compreendida, uma vez que Yin (2001) aponta que os estudos de caso comparativos são uma variação dos estudos de caso múltiplos. Observa-se que parece haver uma confusão entre esses conceitos, sendo que, como já descrito, ambos os estudos de caso – múltiplos e comparativos – são aplicados em mais de um caso, tendo como distinção o fato de que o segundo busca comparar os resultados obtidos.

No Quadro 5, apresentam-se os métodos e as técnicas de análise de dados empregados nos estudos teórico-empíricos.

Método de análise dos dados	Levantamentos		Estudos de caso	
	Artigos	%	Artigos	%
Não especificado	1	6,3%	15	48,4%
Técnicas quantitativas	15	93,8%	1	3,2%
Análise de <i>clusters</i> e conglomerados	1	6,3%	-	-
Componentes principais	2	12,5%	-	-
Correlação	2	12,5%	-	-
Estatística descritiva	8	50%	1	3,2%
Modelagem de equações estruturais	2	12,5%	-	-
Regressão	7	43,8%	-	-
Técnicas qualitativas	1	6,3%	16	51,6%
Algoritmos de classificação neuro-fuzzi	-	-	1	3,2%
Análise de conteúdo	1	6,3%	9	29%
Análise documental	-	-	2	6,5%
Classificação de acordo com teoria	-	-	1	3,2%
Classificação temática	-	-	1	3,2%
Comparações	-	-	1	3,2%
Cronologia analítica	-	-	1	3,2%
Explicação	-	-	1	3,2%
Matriz de categorias	-	-	1	3,2%
Técnica de emparelhamento	-	-	1	3,2%

Quadro 5 – Métodos e técnicas de análise de dados

De acordo com os **métodos e técnicas de análise utilizadas** nos levantamentos, expostos no Quadro 5, quinze estudos empregam técnicas quantitativas (93,8%), um desses também utiliza uma técnica qualitativa de análise de conteúdo (6,3%) e um estudo (6,3%) não descreve o método de análise de dados empregada. A maior parte dos métodos quantitativos consiste em técnicas multivariadas: a regressão foi empregada em sete estudos (43,8%); a análise de componentes principais, a análise de correlação e a modelagem de equações estruturais foram empregadas, cada uma, em dois estudos (12,5%); e a análise de *clusters* e de conglomerados, em um estudo (6,3%). Além das técnicas multivariadas, houve a utilização da estatística descritiva em oito estudos (50%).

Já nos estudos de caso, 16 (51,6%) empregaram técnicas qualitativas, um deles também utilizou uma técnica quantitativa de estatística descritiva (3,2%) e quinze (48,4%) não descrevem o método de análise empregado. O método de análise de dados mais empregado é o de análise de conteúdo, em nove estudos (29%), seguido de análise documental, em dois estudos (6,5%). Outros métodos e técnicas para análise dos dados utilizados em um estudo cada (3,2%) foram: técnica de emparelhamento, matriz de categorias, classificação temática, explicação, cronologia analítica, algoritmos de classificação neuro-fuzzi, classificação de acordo com teoria e comparações.

Os resultados observados, quanto aos métodos de análise de dados mais empregados em cada tipo de estudo, também estão relacionados ao tipo de estudo e aos métodos de coleta de dados, favorecendo a utilização de técnicas quantitativas multivariadas em levantamentos e de técnicas qualitativas em estudos de caso. Tanto levantamentos quanto estudos de caso

empregam a análise de conteúdo e a estatística descritiva, com a distinção de que a primeira é mais utilizada em estudos de caso e a segunda, em levantamentos.

No Quadro 6, apresentam-se os critérios de validade e confiabilidade dos estudos teórico-empíricos.

Validade e confiabilidade dos instrumentos	Levantamentos				Estudos de caso			
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%
Validade								
Conteúdo	0	0%	16	100%				
Critério	3	18,8%	13	81,3%				
Construto	0	0%	16	100%	13	41,9%	18	58,1%
Aparente					26	83,9%	5	16,1%
Confiabilidade								
Teste-reteste	0	0%	16	100%				
Alternativas	0	0%	16	100%				
Coerência interna	1	6,3%	15	93,8%				
Confiabilidade de estudos de caso					21	67,7%	10	32,3%

Quadro 6 - Validade e confiabilidade dos instrumentos de mensuração

A respeito dos **critérios de validade** apresentados no Quadro 6, nenhum dos levantamentos menciona a realização de algum tipo de validade. Contudo, ao analisar os estudos, verifica-se que três (18,8%) apresentam validade de critério, visto que seus resultados corroboram os resultados observados pelos autores na literatura. Já sobre a confiabilidade, nota-se que apenas um estudo testa a consistência interna por meio do coeficiente alfa de Cronbach.

No que tange aos critérios de validade dos estudos de caso, observa-se que pode ser atribuído o critério de validade aparente para 26 estudos (83,9%) e o critério de validade de construto para 13 estudos (41,9%). Todavia, os estudos não costumam se valer desses critérios, ou seja, não declaram atendê-los em suas descrições metodológicas.

Conforme apontado, 21 dos estudos de caso revisados (67,7%) utilizam mais de um instrumento de coleta de dados, fato que possibilitaria a atribuição do critério de confiabilidade por meio da triangulação dos dados obtidos, conforme Martins (2006). No entanto, poucos artigos exploram essa possibilidade. Um estudo empregou o conceito de confiabilidade em estudo de caso em concordância com o apontado por Martins (2006), bem como destaca a utilização do protocolo de instrumentos para garantir essa confiabilidade, fato que também ratifica o apontado por Martins (2006). Um estudo igualmente cita a utilização de protocolos, apesar de não apontar que essa utilização objetiva a confiabilidade do estudo.

Em relação à análise do grau de maturidade da abordagem pesquisada, avaliada por dois parâmetros, um metodológico e outro pelo avanço teórico, verificou-se que os métodos utilizados apresentam vários aspectos positivos; contudo, apresentam espaço para melhorias. A utilização da abordagem de VBR tem-se realizado, principalmente, para analisar empiricamente a vantagem competitiva e a definição de estratégias, empregando os conceitos dos principais autores da área. Essa abordagem também tem sido aliada a outras teorias, como as relacionadas ao ambiente externo e relacionadas ao desempenho, bem como a perspectivas como a de capacidades, competências e outras. Percebe-se, também, a presença de alguns estudos que realizam proposições teóricas, revelando sinais do início de uma evolução teórica da abordagem nestes estudos para o contexto brasileiro. Assim, é perceptível que a abordagem encontra-se em fase amadurecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os delineamentos metodológicos e o grau de adequação às exigências metodológicas dos artigos que investigaram a abordagem VBR, publicados na área de estratégia do EnANPAD no período de 1997 a 2007 para responder à pergunta de pesquisa

proposta: Quais os delineamentos metodológicos e o grau de adequação às exigências metodológicas dos artigos que utilizam a VBR como paradigma explicativo, na área de estratégia? Assim, foi possível perceber aspectos positivos nos delineamentos empregados nos estudos, bem como aspectos a serem melhorados visando ao aperfeiçoamento da qualidade metodológica dos trabalhos sobre VBR na área de estratégia.

A respeito dos **aspectos positivos** dos estudos teóricos, verifica-se que três estudos fazem proposições teóricas, especialmente relacionadas ao contexto brasileiro, o que indica sinais de evolução da abordagem de VBR na área de estratégia do EnANPAD, contribuindo para um maior desenvolvimento conceitual desta.

Ainda em relação aos **aspectos positivos**, constata-se que a maior parte dos estudos teórico-empíricos classificou-se como estudos de caso, fato que está relacionado à perspectiva de VBR, já que, segundo Martins (2006) e Yin (2001), esses estudos de caso são procedimentos de pesquisa que estudam um fenômeno local em seu contexto e de maneira aprofundada. Dessa forma, observa-se que a predominância do método de estudo de caso está diretamente relacionada à perspectiva da VBR, visto essa propor que cada firma possui características particulares que a diferem das demais. Sendo assim, o estudo de caso tende a facilitar a investigação e a análise das características distintas de cada empresa. Esse resultado pode ser considerado positivo, visto que, para Babbie (1999) e Yin (2001), não existem métodos melhores, mas métodos mais adequados aos objetivos do estudo.

Constata-se que um índice considerável de estudos teórico-empíricos apresenta os **objetivos da pesquisa**. Esse resultado igualmente é positivo dada a importância dessa informação para a adequação dos procedimentos metodológicos, como o local de aplicação, a amostra, o instrumento de coleta de dados, o método de análise e os resultados obtidos. Contudo, esse número poderia ser maior, tendo em vista que 18,4% do total de estudos teórico-empíricos não apresentam o objetivo da pesquisa.

Outro aspecto observado nos estudos teórico-empíricos e que se considera positivo consiste na adequação entre o delineamento do estudo e os métodos de coleta e de análise de dados empregados, ou seja, a coerência entre o tipo de estudo realizado e os métodos de coleta e análise de dados empregados, visto que, para estudar casos, é adequado utilizar entrevistas e documentos, bem como análise de conteúdo e análise documental, pois permitem estudar e explicar o fenômeno de forma mais ampla e profunda. Já no caso de estudos que visam à ampla coleta de dados e sua quantificação, como os levantamentos, apresenta-se coerente o uso de questionários e bases de dados, assim como estatística descritiva e regressão, entre outros, que possibilitam tanto a coleta com menores custos, quanto a coleta e a análise de uma amostra mais ampla.

Sobre os **aspectos a serem melhorados** em relação aos estudos teóricos, destaca-se que estes se apresentam em número limitado, correspondendo a apenas 14,5% dos estudos publicados.

Nos estudos teórico-empíricos, verifica-se, em relação aos **aspectos a serem melhorados**, que aproximadamente a metade deles apresenta questões de pesquisa e/ou hipóteses. Assim, tem-se uma margem ampla de estudos para os quais se faz a sugestão de apresentar tais dados em razão da sua importância para a compreensão do estudo realizado.

O fato de três estudos de caso, 9,7%, não apresentarem os **instrumentos de coleta de dados** é preocupante, pois, conforme Benbasat, Goldstein e Mead (1987), a descrição clara dos instrumentos de coleta de dados e a sua contribuição para os resultados da pesquisa constituem um fator importante para a validade e confiabilidade do estudo. Ressalta-se, assim, a relevância da apresentação dessas informações nos estudos publicados.

Os estudos teórico-empíricos que utilizam como instrumento de coleta de dados um questionário não citam a realização de um **pré-teste**. Esse procedimento, segundo Straub (1989), permite o teste da confiabilidade e da validade de construto, além de identificar e

ajudar a corrigir problemas de escala e servir como ensaio para a administração final do instrumento. Para Hair Jr. et al. (2005), nenhum questionário deveria ser administrado antes da realização de um pré-teste do instrumento, ou seja, antes que fossem avaliadas a possível coerência e a exatidão das respostas. De acordo com Gil (1999), o pré-teste de um questionário pode assegurar a ele precisão e validade. No tocante ao pré-teste, sugere-se, também, a realização do mesmo com os roteiros utilizados nas entrevistas, fato que não foi observado nos estudos revisados. A importância do pré-teste reside no fato de este contribuir para evidenciar três elementos essenciais que devem estar presentes em questionários ou entrevistas: fidedignidade, validade e operatividade (LAKATOS; MARCONI, 1996). Outra forma de avaliar um instrumento de coleta de dados é submetê-lo a uma avaliação por um especialista da área. Esses procedimentos, conforme apontado, podem ser empregados para avaliar a validade de conteúdo da escala utilizada (HAIR JR. et al., 2005).

Destaca-se, diante dos dados obtidos neste estudo, a importância de descrever detalhadamente os instrumentos de coleta de dados utilizados, visto que se observa, entre os levantamentos, a não-descrição detalhada de questionários e roteiros de entrevista, bem como, nos estudos de caso, de fontes bibliográficas, meios de comunicação de massa, documentos e roteiros de entrevistas.

No que concerne aos estudos teórico-empíricos que utilizam roteiros de entrevista e questionários para coleta de dados, sugere-se que os estudos apresentem, a exemplo de muitos artigos internacionais, o instrumento de coleta de dados como um apêndice ou anexo. Esse procedimento facilitaria as replicações dos estudos e as avaliações por especialistas, em caso de submissões, bem como atribuiria maior confiabilidade aos resultados do estudo. No entanto, sabe-se que, diante da limitação do número de páginas para os estudos nos eventos nacionais, essa prática não é disseminada. Assim, diante dos avanços tecnológicos em armazenamento de dados, sugere-se uma reavaliação em referência a essas normas e práticas, de forma a possibilitar a inclusão desses instrumentos de coleta de dados.

Ainda a respeito dos instrumentos de coleta de dados, Malhotra (2001) aconselha que se faça a combinação entre dados primários e secundários. Nesse sentido, observa-se que 25% dos levantamentos e 64,5% dos estudos de caso realizam a combinação de dados primários e secundários, fato que corrobora o observado de que os estudos de caso empregam maior número de instrumentos diferentes de coleta de dados, resultado relacionado às recomendações para que os estudos de caso se valham de diferentes instrumentos de dados para obtenção dos resultados (YIN, 2001; MARTINS, 2006). Essa combinação de diferentes métodos, principalmente nos estudos de caso, é muito positiva, pois demonstra interesse pelo aumento da validade dos estudos. Contudo, percebe-se que esse procedimento poderia ser explorado por mais estudos, principalmente pelos levantamentos.

No tocante às **amostragens empregadas nos levantamentos**, constata-se a grande utilização de amostras não-probabilísticas por conveniência e por julgamento, bem como que uma parcela considerável não descreve o tipo de amostragem empregada. A pouca utilização de amostragens probabilísticas merece atenção, uma vez que, segundo Hair Jr. et al. (2005), essas amostras minimizam a tendenciosidade de seleção e permitem a generalização dos resultados para a população-alvo com um nível de segurança, fato que não ocorre com as amostragens não-probabilísticas.

Sobre os **métodos de análise dos dados** dos estudos teórico-empíricos, destaca-se que 48,4% dos estudos de caso e 6,3% dos levantamentos não apresentam o método de análise utilizado. Sugere-se que os estudos utilizem essa descrição como forma de ampliar a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Outro resultado encontrado foi que um número relativamente considerável de estudos teórico-empíricos não apresenta uma **descrição do método de pesquisa** utilizado ou a apresenta de forma não muito clara. Observa-se, nos estudos de caso, descrição menos

detalhada da metodologia da pesquisa, tendo em vista a ausência de dados sobre o desenho da pesquisa e sobre os métodos de coleta e análise de dados. Esse descuido quanto à metodologia utilizada nos levantamentos e estudos de caso é preocupante, dado que o rigor metodológico empregado está diretamente relacionado à efetividade da pesquisa e à obtenção de resultados apropriados.

Nota-se que, em geral, os estudos teórico-empíricos, principalmente os levantamentos, não costumam explorar os **critérios de confiabilidade e de validade**, apesar de, em alguns casos, os apresentarem. De acordo com Brewer e Hunter (2006), estudos para avaliar a validade de medidas são relativamente raros, porque desenhos de pesquisa para estudos de validação são, normalmente, bastante complexos e porque a maioria dos pesquisadores sociais prefere construir e testar teorias ao invés de conferir a precisão dos seus instrumentos de mensuração. Apesar dessa complexidade, recomenda-se que os estudos façam uso desses critérios para obtenção de maior credibilidade.

No que tange à **maturidade da perspectiva de VBR** nos estudos da área de estratégia do EnANPAD, percebem-se sinais de amadurecimento na apresentação de proposições teóricas em três estudos, bem como na adequação entre a abordagem pesquisada, os delineamentos dos estudos e os métodos utilizados. No entanto, percebe-se que essa abordagem ainda tem amplo espaço para amadurecimento, considerando-se o limitado número de estudos teóricos e aspectos metodológicos a serem aprimorados em artigos teórico-empíricos e a possibilidade de explorar novos enfoques para a abordagem de VBR, visto que um número limitado de estudos buscou avanços conceituais dessa abordagem. Esse resultado reflete o caráter da VBR como uma abordagem em desenvolvimento no contexto brasileiro, o que se relaciona aos fatos de que os primeiros artigos encontrados na amostra foram publicados em 1999, se intensificando a partir de 2005, e, no contexto internacional, segundo Wernerfelt (1995), a abordagem de VBR se consolidou já a partir de 1990.

Em relação às **limitações** desta pesquisa, pode-se citar a amostra, uma vez que esta utilizou apenas dados de uma abordagem da área de estratégia de um dos eventos nacionais da área de administração e em um período de onze anos. Dessa forma, sugere-se, para **futuras pesquisas**, a ampliação da amostra, abrangendo outras abordagens, a área de estratégia num todo, outras áreas, outros eventos e outros periódicos ou outros períodos.

REFERÊNCIAS

- ALAVI, Maryam; CARLSON, Patricia. A review of MIS research and disciplinary development. **Journal of Management Information Systems**, v. 8, n. 4, p. 45-63, 1992.
- ARAGÃO, Linderberg A; OLIVEIRA, Orderlene V. de. Visão baseada em recursos e capacidade dinâmicas no contexto brasileiro. A produção e a evolução acadêmica em dez anos de contribuições. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007, p. 1-16.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. **The practice of social research**. Belmont: Thomson, 2007.
- BARNEY, Jay. Firm resource and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, p. 97-98, 1991.
- BENBASAT, Izak; GOLDSTEIN, David K; MEAD, Melissa. The case research strategy in studies of information systems. **MIS Quarterly**, p. 369-386, set. 1987.
- BERTERO, Carlos O; CALDAS, Miguel P; WOOD JR, Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 147-178, jan./abr.1999.

- BIGNETTI, Luiz P; PAIVA, Ely L. Estudo das citações de autores de estratégia na produção acadêmica brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, Salvador, BA. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001, p. 1-16.
- BINDER, Marcelo P. Recursos, alterações ambientais e a formação das janelas de oportunidade: uma discussão no setor aéreo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007, p. 1-16.
- BREWER, John; HUNTER, Albert. **Foundations of multimethod research**. Thousand Oaks: Sage, 2006.
- BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Londres: Ashgate, 2000.
- CHATTERJEE, Sayan; WERNERFELT, Birger. The link between resources and type of diversification: theory and evidence. **Strategic Management Journal**, v. 12, p. 33-48, 1991.
- DIERICKX, Ingemar; COOL, Karen. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. **Management Science**, v. 35, n. 12, p. 1504-1511, 1989.
- FOSS, Nicolai J. Resources and strategy: a brief overview of themes and contributions. In: FOSS, Nicolai J. (ed.). **Resources firms and strategies – a reader in the resource-based perspective**. Oxford University Press, 1997, p. 3-18.
- GIL, Antonio C. Pesquisa Social. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 1999.
- GRANT, Robert M. The resource-based theory of competitive advantage: implications of strategy formulation. **California Management Review**, v. 33, n. 3, 1991, p. 114-135.
- HAIR JR., Joseph F; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HATCH, Mary J; YANOW, Dvora. Organization theory as an interpretive science. In: TSOUKAS, Haridimos; KNUDSEN, Christian (org.). **The Oxford Handbook of Organization Theory: meta-theoretical perspectives**. 2. ed. Nova Iorque: Oxford, 2005.
- HOOPES, David G; MADSEN, Tammy L; WALKER, Gordon. Guest editors' introduction to the special issue: why is there a Resource-Based View? Toward a theory of competitive heterogeneity. **Strategic Management Journal**, v. 24, p. 889-902, 2003.
- HOPPEN, Norberto; LAPOINTE, Liette; MOREAU, Eliane. Um guia para a avaliação de artigos de pesquisa em sistemas de informação. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 2, n. 2, p. 1-34, nov. 1996.
- LAKATOS Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L; CUNHA, Vera C. Da; AMBONI, Nério. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 14, 1990, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 1990. v. 6. p. 11-28.
- MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 64-68, 1998.

- MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARTINS, Golberto de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.
- MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- NUNNALLY, Jum C. **Psychometric Theory**. New York: McGraw Hill Book, 1967.
- PENROSE, Edith T. **The Theory of Growth of the Firm**, London: Basil Blackwell, 1959.
- PETERAF, Margaret A. The cornerstones of competitive advantage: a resource-based view. **Strategic Management Journal**, v. 14, n. 3, p. 179-191, mar. 1993.
- PRAHALAD, Coimbatore K; HAMEL, Gary. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**, v. 68, p. 79-91, 1990.
- RAYMUNDO, Paulo R. **O que é administração**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANTOS, Silvio A. dos. Existem Paradigmas em Administração? Uma análise sobre o uso do conceito. In: INTERNATIONAL CONFERENCE IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT, 3, 2003, São Paulo. **Anais...**, 2003. p. 1-20.
- SELLTIZ, Calire; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974
- SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence S; COOK, Stuart W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1987. v. 2.
- STAKE, Robert E. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.
- STRAUB, Detmar W. Validating Instruments in MIS Research. **MIS Quarterly**. v. 13, n. 2, jun. 1989, p. 147-169.
- THOMPSON, James D. On building an administrative science. **Administrative Science Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 102-111, 1956.
- TONDOLO, Vilmar A. G; BITENCOURT, Cláudia C. Uma perspectiva baseada em recursos no agronegócio cooperativo: o caso CCGL. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, Brasília, DF. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005, p. 1-16.
- VERGARA, Sylvia C; PINTO, Mario C. S. Nacionalidade das referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciais na literatura brasileira. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 1, Curitiba, PR. **Anais...** 2000.
- WERNERFELT, Birger. A Resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, v. 5, p. 171-180, 1984.
- _____. A Resource-based view of the firm: tem years after. **Strategic Management Journal**. v. 16, p. 171-174, 1995.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.